

A CARTA/LETRA E SEU CARÁTER INDESTRUTÍVEL: LACAN COM DERRIDA

Bruna Guaraná (doutoranda do PPG em Teoria psicanalítica da UFRJ)

RESUMO

O presente artigo buscará explicitar a crítica lembrada por Jacques-Alain Miller (2005) da objeção de Jacques Derrida à Jacques Lacan no que tange ao aspecto "indestrutível" da carta/letra no "O Seminário sobre 'A carta roubada'" (1956). Primeiro vamos retomar a leitura de Jacques Lacan do conto de Edgar Allan Poe no "O Seminário sobre 'A carta roubada'" (1956), com destaque para a função que cumpre a letra/carta em circulação na trama, e depois situar o aspecto de "indestrutível" da carta na crítica de Derrida em "O carteiro da verdade" (1975). Nossa hipótese é que o aspecto ressaltado por Jacques Derrida (1980) tem relevância e se aproxima do que Jacques Lacan referia no *Seminário 20* (1973) a respeito da dimensão do "real", próximo ao "gozo" como o que "*não pára de não se escrever*" (Lacan, J. 1973, p. 65). Leitura que podemos posteriormente considerar a partir de "Lituraterra" (1971), não como o "real" que corresponda à uma verdade, mas aquele que faz "furo no saber" e que a letra/carta faz "borda" (Lacan, J. 1971, p. 18).

Palavras-chaves: indestrutível; carta; letra; Derrida; gozo; furo; Lacan.

THE LETTER AND ITS INDESTRUCTIBLE ASPECT: LACAN WITH DERRIDA

ABSTRACT

This article aims at clarifying, supported by Jacques-Alain Miller's remarks on Jacques Lacan's teaching, the main aspects of Jacques Derrida's objection to the indestructible aspect of the letter presented by Lacan on his "Seminar on The Purloined Letter" (1956). Our intention is first to reassemble Lacan's reading on Edgar Allan Poe's novel by highlighting the function of the letter in the plot itself to then place the critique presented by Derrida in "The Postman of Truth" (1975). Our hypothesis indicates that the aspect emphasized by Jacques Derrida in his criticism has relevance and is close to what Lacan referred in his Seminar "Encore" (1972-1973) about the dimension of "real", as neighbouring the "enjoyment", and, moreover, as that which "doesn't cease not to inscribe itself" (Lacan, 1973, p. 65). Such reading can then be considered from Lacan's *Autres Écrits* "Lituraterre" (1971), not as the "real" that corresponds to a truth, but that which "bores holes in Knowledge" and that the letter sketches its "edge" (Lacan, 1971, p. 18).

Keywords: indestructible; letter; Derrida; enjoyment, hole, Lacan.

INTRODUÇÃO

Jacques Lacan segundo Jacques-Alain Miller¹ (2005) em “Nota passo a passo” do *Seminário 23* (1975-76), p. 231, afirmava que: “Derrida havia sido negligente quanto ao reconhecimento do que a invenção da ‘gramatologia’ e da ‘arqui-escrita’ devia à circulação de termos derivados de seu [do Lacan] ensino [...]”. Apesar de não deixar de reconhecer “[...] por vezes, pelo menos alusivamente, que a atualidade que tinha assumido a questão da escrita [...] devia-se amplamente aos primeiros artigos de Derrida” (MILLER, J-A, 2005, p.230).

Por sua vez, Jacques Derrida vai lançar objeções importantes à doutrina do significante e da carta/letra em Jacques Lacan a partir do seu escrito sobre “A carta roubada” (1956) de Edgar Allan Poe, e que foram expressas no seu célebre artigo “O carteiro da verdade” (1980). Porém, a objeção de Derrida contida nesse texto, deixa de fora outros escritos da mesma época de Lacan e da publicação do “O carteiro da verdade” que versam sobre o assunto, como “Juventude de Gide ou a letra e o desejo” (1958) e em especial “Lituraterra” (1971).

Na sua crítica Derrida se compromete a uma detalhada leitura do escrito de Lacan “Seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956) e não se pode deixar de reconhecer, parafraseando Miller (2005), a importância histórica dessa crítica. A crítica teve como efeito tornar Lacan “caduco” para os defensores da desconstrução, assim como distanciar os lacanianos da leitura de Derrida: “cuja elaboração, no início, muitos de nós acompanhávamos” (ibid, p. 231).

Miller (2005) por sua estima a Derrida e tê-lo tido como orientador e professor se absteve nas severas críticas por vezes de Lacan à Derrida e vice e versa, o que, segundo Miller afirma, não deixou de mesmo assim evitar o mal-entendido já esperado, pois foi criticado na sua abstenção pelo próprio Derrida. Aqui não precisamos nos abster e vamos propor neste artigo remontar, pela ótica de Miller, o ponto de articulação do aspecto “indestrutível”,

¹ Jacques-Alain Miller é psicanalista francês discípulo e aluno de Jacques Lacan, foi um dos fundadores da École de la Cause Freudienne e da Associação Mundial de Psicanálise que presidiu de 1992 a 2002. Foi o responsável por estabelecer os Seminários de Jacques Lacan. Sobre o início desse trabalho e seu processo ver: MILLER, Jacques-Alain. (1985) *Entretien sur Le Séminaire*. Avec François Ansermet. Navarin Éditeur: Paris e o “Pós-fácio”, p. 263 do *Seminário 11* (1964) que foi o primeiro a ser estabelecido por Miller depois da aprovação de Lacan.

“intangível” da carta/ letra que objeta Derrida, com o “real”², usado aqui no sentido do “gozo”, inventado por Lacan, ao lado da sua dimensão do que “*não pára de não se escrever*” (LACAN, J. 1973, p. 65).

Frase referida por Lacan no *Seminário 20* (1973), onde o “gozo” é algo que insiste, mas escapa. E, com “Lituraterra” (1971) veremos que também podemos ler a carta/letra não somente na dimensão significante da presença/ausência, mas como aquilo que produz uma “borda”, a “borda” do “furo no saber” que se produz no interior da estrutura da narrativa (LACAN, J. 1971, p. 18).

Para começar, vamos retomar a narrativa do famoso conto de Edgar Allan Poe, pois é em torno de sua estrutura, que vão girar a leitura de Lacan e depois a objeção crítica de Derrida.

UM SIMPLES E PERTURBADOR CASO

A história do conto de Edgar Allan Poe é narrada pelo Detetive Dupin, personagem central do conto. A narrativa se inicia quando Dupin recebe a inesperada visita do delegado da polícia de Paris. A ocasião da visita traz um pedido de ajuda sobre um curioso caso que vinha causando enorme transtorno ao delegado. O caso em questão é descrito como “bastante simples”, mas continha pormenores muito “estranhos”. E o delegado reconhecia que embora “simples”, algo lhe escapava inteiramente à compreensão.

O caso se referia à seguinte situação: certo documento de máxima importância — uma carta — havia sido furtada dos aposentos reais. Não havia dúvidas quanto a quem fora a pessoa que havia cometido o delito, pois o Ministro D havia sido pego em flagrante. Além disso, também se sabia que o documento ainda se encontrava nas mãos desse ladrão, pois se a carta tivesse vindo a público todos saberiam, já que essa exposição comprometeria imediatamente a honra da figura real da Rainha.

² Esse famoso conceito de “real” “inventado” por Lacan, segundo sua afirmação no *Seminário 23* (1975-76) é usado aqui em seu sentido próximo ao de “gozo”, referido na citação de Laurent, Eric. (1988/1990, p.106) Lacan usou o termo “real” ao longo de seu ensino com variadas conotações, inclusive no início também como equivalente a “realidade”. Mas na acepção aqui usada, considera a sua inspiração no “isso” freudiano.

Por essa mesma razão, havia uma tensão entre os personagens, pois quem detivesse a carta, tinha o que encerrava o segredo da Rainha, o que como veremos depois ditará a conduta de quem a detém para dissimulá-la frente aos demais. Pois, estar com a carta conferia certa posição privilegiada de poder, não importando o conhecimento de seu conteúdo. E tinha a consequência da possibilidade de torná-la pública, ao mesmo tempo em que, caso isso viesse a ocorrer, o seu poder se extinguiria. E, sendo assim o portador da carta apesar de tê-la, não a possui totalmente, pois estava um tanto quanto refém da carta não se tornar letra morta, caso fosse descoberta.

Porém, o que não se sabia até aquele momento, ainda que soubessem a carta estar na casa do Ministro D, era onde exatamente estava a carta. A casa do Ministro D já tinha sido vasculhada e revirada de ponta a cabeça pelos policiais parisienses, sem nada encontrarem.

Dessa impossibilidade de enxergar a carta pelos policiais, Lacan afirmará que é consequência do campo de visão objetivado, que delimita e esquadrihava o espaço sob uma determinada ótica, tornando opacos à sua visão o objeto que mais interessava, posto que ele escapava a essa lógica. Justamente, bem ali no local onde supostamente a carta certamente se encontraria bem embaixo dos seus narizes (LACAN, J. 1971, p. 92).

Na cena do roubo, retomemos o que se apresenta: a carta roubada em questão havia sido recebida pela Rainha enquanto ela estava a sós em seus aposentos reais. No instante em que a Rainha lia a carta, ela foi subitamente interrompida pelo Rei, de quem desejava especialmente ocultar a carta. Nesse momento, a Rainha se esforça em vão por esconder a carta, colocando-a dentro de alguma gaveta, mas por fim é obrigada a deixá-la aberta como estava em cima da mesa.

O envelope fica, portanto, virado para cima e apenas seu conteúdo é resguardado, até que o Ministro D com “os seus olhos de lince” entra percebe o desconcerto da Rainha e rouba a carta (LACAN, J. 1956, p. 35). Esse olhar de lince havia sido o suficiente hábil para perceber imediatamente o constrangimento proporcionado pela carta, a confusão da destinatária: “penetrando em seu segredo” (ibid.; POE, Edgar Allan. 1844).

Assim, o Ministro D, antes de se retirar e às vistas da destinataria, que nada podia fazer diante da presença do Rei, tira do bolso uma carta parecida que finge ler e ao sair a substitui pela carta comprometedora. Da primeira cena do policial parisiense até o final, o narrador,

que é o detetive Dupin, nos mantém em suspense, até quando ele consegue obter em suas mãos a dita carta comprometedora. O detetive Dupin desde o início tem em mente como chave para desvendar o enigma, que o caráter simples demais ou muito evidente pudesse ser a razão que desorientasse o olhar do delegado.

O CASO DA CARTA POR LACAN

Jacques Lacan (1956) em “O Seminário sobre ‘A carta roubada’”, destaca da narrativa do conto, duas cenas: a primeira que chama de “cena primitiva” e a segunda que tem a mesma estrutura da primeira. A “cena primitiva” é a cena do roubo, que se passa nos aposentos reais e onde a carta é tomada com desenvoltura pelo Ministro D. O Ministro faz a substituição da carta roubada por outra de aspecto semelhante, que fingiu ler na hora do roubo (LACAN, J. 1956, p.13).

Dessa substituição sobra um resto, que é apontado por Lacan como aquilo que não deve ser negligenciado. O resto é a bolinha de papel que a mão da Rainha faz da carta deixada pelo Ministro quando ele sai. Guardemos esse aspecto da carta reduzida a uma bolinha de papel, onde está o caráter lixo da carta, objeto a ser descartado e jogado fora no lixo. Esse aspecto será reclamado por Derrida mais tarde (ibid, p. 15).

A segunda cena se passa na casa do ministro, onde a polícia havia se enfurnado e retornado sempre quando o ministro estivera ausente, mas sempre voltavam de lá com as mãos vazias, sem qualquer êxito. Até quando Dupin decide ir. O detetive ao chegar é recebido pelo Ministro com apatia e tédio, mas não se deixar enganar por essa dissimulação, com seus olhos “protegidos por óculos de lentes verdes” inspeciona o recinto (ibid, p.16). Vejam aqui novamente que é sublinhada por Lacan a dimensão do olhar, assim como na já descrita dos “olhos de lince” do Ministro na primeira cena (ibid.).

A cegueira, como veremos, nos olhares, que é combatida pelos “olhos de lince” do Ministro D e depois pelos olhos protegidos por “lentes verdes” de Dupin em cada uma das cenas, se repetem, e definem os deslocamentos dos personagens, sua sorte e seus destinos

(ibid.). Determinações que giram em torno da presença/ausência da carta em jogo. O que é resumido por Lacan da seguinte maneira:

O primeiro é o de um olhar que nada vê: é o Rei, é a polícia. O segundo, o de um olhar que vê o que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta: é a Rainha, e depois o ministro. O terceiro é o que vê, desses dois olhares, que eles deixam a descoberto o que é para esconder, para que disso se apodere quem quiser: é o ministro e, por fim, Dupin (ibid, p. 17).

No balé desses diferentes olhares, há sempre um que vê por cima do que o outro não enxerga, e ainda por diante. Algo sempre acaba por escapar a alguém. Por exemplo, o olhar do Rei, que ganha seu substituto na cena seguinte através do olhar da polícia, não foram capazes de enxergar a carta: “esse lugar [o olhar do Rei e do Policial] comportava a cegueira” (ibid, p. 42) Há algo de como foi estruturado esse “lugar” ou “discurso” diria Lacan, a partir das suas zonas de sombra e de luz, que determina sua própria lógica e racionalidade (ibid.).

O que lhes escapa é ter ou não ter a carta, se supondo que tê-la é ter acesso ao segredo da Rainha que a carta veicula. Porém, ainda que os outros personagens, o Ministro e depois Dupin finalmente consigam ter a carta, algo ainda continua a lhes escapar. E o que lhe escapa? É que ainda que “detenham” a carta com o segredo da Rainha, se deparam com o que resta como o grande enigma da posição da Rainha: afinal de contas, o que ela quer em tudo isso, o que quer a mulher? (LAURENT, E. 2010, p. 70).

E esse enigma sem resposta acerca do “gozo³” da Rainha é o que Lacan diz que a carta veicula e que gera efeitos de “feminização” para quem a tem. Lacan afirma: “[..] a carta tem um efeito de feminização” (LACAN, J. 1971, p.96). O efeito de “feminização” significa que quem tem a carta busca dissimulá-la, escondê-la, disfarçar, o que provoca o efeito da apassivação à carta dos homens da ação. O que é próximo à função que cumprem as insígnias femininas que compõe o semblante, ou mascarada feminina para dissimular o vazio (LAURENT, E. 2010, p. 70).

³ Gozo é conceito lacanianiano para dar conta do que Freud formalizou a partir da sua pulsão de morte em “Além do princípio do prazer” (1925-26) Vol. XVIII. Lacan, J Seminário 5: As formações do inconsciente. (1958) Significa pulsão que ameaça a homeostase do princípio do prazer. Misto de prazer e dor.

Portanto, ainda que se possa ver ali onde a cegueira dos primeiros olhares não puderam nada enxergar, há algo que continua a escapar, através do que traz de enigma e interrogação. Por isso, o que chama atenção de Lacan nisso é como a narrativa se organiza em torno do que veicula a presença/ausência do objeto carta. Essa narrativa que é o artifício de Poe é como uma “invenção” do escritor, onde ele “maquina” tudo isso de uma maneira muito “bonita, magnífica”, segundo Lacan. (LACAN, J. 1971, p. 92).

Em suma, há um ponto cego que constitui cada um dos olhares, tanto da polícia e Rei, quanto do Ministro e de Dupin. Um ponto cego, a partir do lugar que a carta vai ocupar para cada um. Sobre isso, Lacan no comentário sobre o conto em (1971) *Seminário 18*, afirma:

The Purloined Letter quer dizer que, **de toda forma, ela chega a seu destino.** E o destino, eu o forneço. Forneço-o como o destino fundamental de toda carta, no sentido de *epístola*. Ela chega, digamos, **não só a este ou àquela, mas aos que nada podem compreender dela**, dentre eles a polícia, no caso. (LACAN, J. 1971, p. 92) [grifos nossos]

O que significa aqui a carta chegar ao seu destino? Lacan afirma que chegar ao seu destino não significa que de fato a carta chegue a este ou aquele destinatário, mas sim que a carta vai ter cumprido sua função, ao se fazer presente na sua ausência. Mesmo que, para o destinatário a carta está na sombra e ocupa o lugar do ponto cego, ainda assim a carta mantém a presença do que lhes escapa.

A carta/letra do título “The Purloined Letter” em inglês do conto, segundo Lacan foi traduzido para o francês por Baudelaire por: “La *lettre volée*”. Onde o termo *lettre* carrega duas ambiguidades, tanto que designa “letra” e “carta”, quanto do significante “volée” que remete à “cartas roubadas”, mas também “cartas voadas”, o que remete as letras que voaram (LACAN, J.1956, p. 30). A esse voo da letra, Lacan se refere de uma forma poética: “Os escritos carregam ao vento as promissórias em branco de uma cavalgada louca. E, se eles não fossem folhas volantes, não haveria letras roubadas, cartas que voaram.” (ibid, p. 30).

Há algo da dimensão do que escapa que voa e escapole das promissórias que se carregam ao vento. Ainda que Lacan, também utilize as cartas que voam e são roubadas, no seu sentido *en souffrance*, em suspenso ou retidas na transferência em uma análise (ibid, p.41). Seja como

for, ainda que sob o fundo da ausência, a carta/letra presentifica o que escapa à ordem do significante e é inerente ao “sujeito do inconsciente” freudiano. (LACAN, J. 1956, p. 13).

Temos então nas duas cenas revistas aqui, o deslocamento dos três personagens sendo determinado pelo lugar que vem a ocupar nesse trio o “significante puro” que é a “carta roubada” (LACAN, J. 1956, p. 18). E o que é esse significante?

[...] o significante é unidade por ser único, não sendo, por natureza, senão símbolo de uma ausência. E é por isso que não podemos dizer da carta/letra roubada que, à semelhança de outros objetos, ela deva estar *ou* não estar em algum lugar, mas sim que, diferentemente deles, ela *estará e não estará onde estiver*, onde quer que vá. (ibid, p. 27).

Logo, o significante é primordialmente símbolo de uma ausência, sua função está no lugar da carta no conto. O significante “puro”, em sua função máxima é o que determina a posição dos personagens, em torno da sua presença e ausência e a partir do tê-la ou não. O conteúdo da carta não é aqui o determinante para que sua presença/ausência produza seus efeitos notáveis. Podemos supor, que talvez somente quem tem conhecimento a seu conteúdo é a Rainha, mas mesmo assim, afirma Lacan, ainda que o Rei pudesse ler o seu conteúdo, seu sentido lhe escaparia, como já mencionamos acima, somente entenderia que é de um escândalo que se trata (LACAN, J. 1971, p. 96).

Caminhando para o desfecho da história, Dupin, inspeciona o recinto até que seu olho recai sobre um bilhete esgarçado, abandonado e “por um certo brilho falso” (LACAN, J. 1956, p.16). Vemos aqui a carta que aparece como amassada e desfigurada, na sua dimensão objeto-dejeto. Nesse instante Dupin sabe estar diante do que procurava. Seu movimento seguinte é então “esquecer” uma tabaqueira em cima da sua mesa, para que então possa aproveitar o incidente e retornar no dia seguinte. No dia seguinte, no seu retorno, Dupin distrai o Ministro e se apodera da carta, bilhete esgarçado, substituindo-a por um simulacro.

O resultado da operação dessa segunda cena passa a ser o roubo de Dupin ao Ministro e como consequência, o ministro deixa de ser aquele quem possui a carta, mesmo sem ainda o saber. O resto da operação nesse caso se torna a mensagem fictícia deixada por Dupin no interior da carta simulacro.

Ali, uma redação escrita em seu interior por Dupin revela a seguinte enigmática frase que faz referência ao drama trágico grego: “Um desígnio tão funesto/ Se não é digno de Atreu, é digno de Tiestes”. Essa frase, segundo Lacan, é a resposta, que se encontrará o Ministro no fatídico dia em que se deparar com ela, o que realizaria o “cheque-mate” de Dupin.

DO QUE SE REPETE

Lacan (1956) desde o início no escrito sobre a carta roubada, afirma que se deve reconhecer no “automatismo de repetição” freudiano o correlato daquilo que insiste na cadeia de significante: o sujeito do inconsciente. O sujeito⁴ do inconsciente na definição de Lacan é instituído pelo registro do significante: “O registro do significante institui-se pelo fato de um significante representar um sujeito para outro significante.” (Lacan, J. 1960, p. 834).

No caso do conto, o sujeito do inconsciente, pode ser representado pelo desejo da Rainha que passa pelo ponto cego do Rei e depois do Ministro, mas sua apresentação se dá através do que representa o significante Rainha para outro significante, o Rei e depois o Ministro, para o Ministro e depois Dupin. Deslocamentos, que como vimos vão mudando na primeira e segunda cena.

O sujeito do inconsciente se encontra, portanto, entre dois significantes, ele se articula através dos significantes, mas não pode ser dito em sua totalidade por nenhum dos significantes. É o que Lacan define em (1957) *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, como “aquilo que “insiste”, ainda que não “consista” em nenhum significante (LACAN, J. 1957, p. 504). Por isso nesse escrito Lacan lembra que o sujeito do inconsciente tem propriedade de “ex-sistência⁵” em relação ao discurso da narrativa.

Nesse ponto é que podemos traçar um paralelo com uma das definições do “real” em Lacan, pois aqui o sujeito do inconsciente tem o estatuto do “real” da narrativa. O famoso conceito de “real” inventado por Lacan, designa tanto seu sentido próximo do “gozo” já usado

⁴ A definição do conceito de *sujeito* em Lacan por nós usada, também está presente no *Seminário 16 De um outro ao outro*. (1968-69), p.299.

⁵ A ex-sistência aqui é correlata do lugar do excêntrico em que convém situar o sujeito do inconsciente, segundo afirma Jacques Lacan em “O Seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956), p. 90.

aqui antes, como está inspirado no “isso” freudiano (LAURENT, É. 1988/1990, p. 106). Lacan afirmaria a esse respeito: “[...] mais do que nada do real, que nos creiamos no dever de supor nele, é justamente *daquilo que não era* que provém o que se repete” (LACAN, J. 1956, p. 48).

O real é o que se repete, insiste e que está para além do princípio do prazer freudiano, mas em articulação com ele. Lacan faz referência à essa dimensão na descoberta freudiana do instinto de morte em *Além do princípio do prazer* (1925), e afirma: “É por Freud não ceder quanto à originalidade de sua experiência que o vemos coagido a evocar nela um elemento que a governa para além da vida — e que ele chama de instinto de morte” (LACAN, J. 1956, p. 50).

O que governa a vida é ao mesmo tempo o que a excede, e que insiste em se dizer ainda que não totalmente pela cadeia significante. Algo próximo ao que seria a ideia de Lacan no *Seminário 20* (1973) quando ele se refere ao que: “*não pára de não se escrever*”. Lacan afirma essa frase, no momento quando vai articular as categorias do necessário com o impossível que ele trabalha nesse seminário. Pois, ao mesmo tempo em que algo se faz necessário de inscrição, não logra de se inscrever senão sob a forma do impossível (LACAN, J. 1973, p.65).

A partir dessas propriedades de “não cessar de não se escrever” (ibid.) como referimos acima, ou seja, do real como algo que insiste em retornar, ainda que não se deixe apreender, chegamos ao caráter “indestrutível” da carta. A dimensão de “indestrutível” está articulada pelos conceitos de sujeito do inconsciente, homólogo ao desejo inconsciente lembrado por Lacan de Freud, e próximo a definição dada pelo “real” por Lacan como impossível. O caráter de indestrutível do desejo inconsciente se mostra no seguinte trecho:

De fato, somente os exemplos de conservação, indefinida em sua suspensão, das exigências da cadeia simbólica, tais como os que acabamos de fornecer, permitem conceber onde se situa o **desejo inconsciente em sua persistência indestrutível**, a qual, por paradoxal que pareça na doutrina freudiana, não deixa de ser um dos traços que aí se encontram mais afirmados.” (LACAN, J. 1956, p. 57) [grifos nossos]

E sobre o caráter “irredutível” do sujeito equivalente aqui ao do desejo inconsciente, Lacan afirma no *Seminário 18* (1971):

[...] É daí que resulta que, num mundo tal como estruturado por um certo tetraedro, a carta só chega a seu destino ao encontrar aquele que, em meu discurso sobre *A carta roubada*, designei pelo termo *sujeito* [...] Se o que descobrimos sob o termo *inconsciente* tem um sentido, não podemos, nesse nível, deixar de levar em conta o **sujeito, repito-lhes irreduzível**. Mas o sujeito se distingue por sua imbecilidade especialíssima. É isso que importa no texto de Poe, pelo fato de que aquele com quem ele se diverte nessa ocasião é, não por acaso, o Rei, que se manifesta aqui na função de sujeito (LACAN, J. 1971, p. 96) [grifos nossos]

Sendo assim, como bem pudemos retomar nas cenas do conto, o ponto cego que o Rei, depois o Ministro, acabam por representar é o sujeito (\$) da questão, no sentido que ele faz escapar na sua cegueira o “x” da questão. Pois, é a cegueira desses olhares que fazem com que a carta se encontre sempre em fuga. E no que consiste essa cegueira? Na segunda cena, na busca da polícia na casa do Ministro, a cegueira consiste em deixar de fora a dimensão da carta lixo. Pois, o que não se vê é a carta ligada à sua face de objeto-dejeto, lixo, qualidade esta que faz a carta passar despercebida pelos policiais.

No “Seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956) Lacan para falar da dimensão dejeito da carta, faz referência ao equívoco de James Joyce, pelo deslizamento significante de *lettre*, à *litter*. Dando a entender que a carta, significa a letra, mas também o lixo. E é nesse ponto que evocamos a cena, que pedimos que fosse retida no *item III* acima, onde após o Ministro fazer a substituição das cartas, a Rainha faz uma bolinha de papel com a carta falsa para jogá-la no lixo.

Nesse momento vale lembrar que a carta desde o início do conto já havia cumprido sua função de veicular uma mensagem, pois sua mensagem já havia chegado à sua destinatária, a Rainha. Ela havia lido a carta quando é surpreendida pelo Rei. Porém é somente depois dessa estrita função da carta, que toda a trama começa e nos faz presos a ela até o seu final.

Nesse final, a explicação de Lacan para o modo como Dupin recupera a carta é pelo fato unicamente, dele ter entendido a carta não somente na sua dimensão ligada à mensagem, mas também ter percebido a sua dimensão de materialidade, que é manuseável, passível de ser esquecida, rasgada, adulterada, ou tratada como detrito. Será a partir de Dupin considerar a carta um pedaço de papel escrito, que ele poderá recuperar a carta, antes mesmo que o Ministro se dê conta disso (MANDIL, R. 2003, p.27).

Em *Lituraterra* (1971) Lacan afirma que a carta [*en souffrance*] retida é nisso que ela mostra seu fracasso, seu fracasso em relação à sua função original. No sentido de que carta/letra no conto faz “furo” tanto à sua função de veicular uma mensagem, quanto às luzes, ou ao saber dos policiais (LACAN, J. 1971, p. 17). Ademais que vimos ser pelos seus efeitos, mais do que pela sua intencionalidade de significação, que podemos recolher suas consequências mais importantes. O que está em acordo com a seguinte afirmação sobre a literatura de Laurent (1999): “a letra, na literatura, deve ser apreendida a partir dos efeitos que nos faz e não por sua significação” (LAURENT, É. 1999, p. 7).

Nesse sentido, vimos como quem detém a carta, não a possui, pois ao contrário é possuído por ela. No sentido já referido, de que quem a detém tenta de todas as formas dissimulá-la de alguma maneira, e sendo assim se submete seu comportamento a seus efeitos. Depois do que vimos sobre esse caráter que a letra encarna na leitura de Lacan, e no Derrida?

DERRIDA E O RESTO “INDESTRUTÍVEL”

Qual era a objeção crucial de Derrida? Cito: “O que aconteceria se se demonstrasse que, segundo Lacan, a carta se contentasse de ter um sentido, e um único?” (DERRIDA, J. 1980, p. 469). Esse é o ponto que tratará de comprovar Derrida. Afirmar que já de saída o destino da carta está pré-determinado, caso contrário porque se afirmaria que “uma carta sempre chega a seu destino?” (Ibid.). Cito:

Que o significante possa, em aparência se deixar conduzir até sua origem emissora, que ele não dependa nem do significado, nem do sujeito que ele antes determina em seus movimentos (‘o deslocamento do significante determina o sujeito em seus atos’), isso *teria* então como consequência que o significante em sua letra, como texto selado e como localidade, reste e caia no fim das contas. (DERRIDA, J. 1980, p. 469).

O significante determina os movimentos do sujeito, a partir de seus deslocamentos, ainda que não dependa do significado e nem do sujeito, porém após cumprir a sua função por que ele não cai? Essa é uma pergunta aqui colocada por Derrida. Embora, Derrida

reconheça, algo que foi bem comprovado, acerca do efeito da “supremacia do significante sobre o sujeito”, ali onde o sujeito não é mais o senhor do sentido do que o senhor ou autor do significante (ibid.).

Segundo Derrida: “Não é ele quem comanda, emite, ou orienta, dá lugar, sentido ou origem. Se existe um sujeito *do* significante, é por estar submetido à lei do significante.” (DERRIDA, J. 1980, p. 468) [grifos do autor]. À “lei do significante”, Derrida vai opor a “disseminação”, “potência disseminadora”, para considerar que uma “carta sempre pode não chegar ao seu destino”, “ela pode se despedaçar sem a possibilidade de retorno”, etc. (MILLER, J.A. 1980, p. 232).

Temos então a ênfase que Derrida concede à “lei significante”, onde afirma que a análise de um texto literário, dispensa qualquer referência ao autor, cuja psicobiografia organiza a análise de Bonaparte, criticada por Lacan. Assim como dirá Derrida, que o autor da carta, circulação que é interrogada por Lacan, no conto tampouco aparecerá na cena do jogo, o que fica em segundo plano, comparado a quem a detém, que passa a ser mais importante (ibid.)

Dessa maneira, qualquer um dos personagens que vimos da trama pode vir a reivindicar para si o objeto em questão, à medida que a carta se desloca. Portanto, diria Derrida a carta não tem dono e nem sentido próprio: “Ela é, portanto, estruturalmente voadora e roubada” (ibid, p. 469). Esse voo só é possível justamente porque a carta não se limita a ter um único sentido, ela permite que se tenham diversos sem se afixar em nenhum. Poderia se entender que essa multiplicidade lhe daria o movimento, que é também o que se coloca Derrida (ibid.).

Porém, o que a crítica coloca é que a carta como tal sem essência ou significado em si, deveria poder se despedaçar sem a possibilidade de retorno, sem chegar a seu destino. Sendo assim, o que é questionado recai diretamente sobre o caráter ressaltado por Derrida referente à singularidade do significante que é sua indestrutibilidade, indivisibilidade e localidade (ibid.). Ou seja, há um impasse, colocado pela propriedade do que não se destrói e *insiste* em comparação ao que deveria ser tão livre e sem substância, a ponto de poder cair como uma casca de uma fruta.

No aspecto do que cai, Derrida aponta alguns restos mencionados por Lacan ao longo do escrito e que aqui também fizemos menção, dentre eles, há um que se pode destruir, como

é o caso da cena da bolinha de papel da carta falsa, que vimos no *item III o caso da carta por Lacan*. Outra aparição da dimensão de resto seria a sua própria apresentação que apenas é enxergada pelas lentes verdes de Dupin, que a detecta na casa do Ministro, e que passa despercebida pelo olhar da polícia.

O que se furta aos olhares do Rei e da polícia, e posteriormente do Ministro se apresenta sobre a forma do significante através da sua presença/ausência, mas também sob a forma do objeto-dejeto. Pois a carta é desenvolvida em seu duplo aspecto como vimos, da função de transmissão de uma mensagem, a *letter* [letra/carta], mas também com um destino que concerne à sua materialidade, a *litter* [lixo]. Sobre esse último aspecto, vemos que em *Lituraterra* (1971) é onde Lacan irá avançar para melhor desenvolver uma diferença, que nunca antes foi tão clara, entre o conceito de *letra* e o de *significante*.

No “O seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956) vemos que ainda há a predominância da dimensão do significante que determina as funções da letra. Há nesse aspecto uma sobre determinação do simbólico. O que é parte de uma perspectiva que se autoriza do próprio Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900) quando ele recomenda que os sonhos possam ser interpretados ou lidos por meio do rébus, ou seja, através dos elementos oníricos por ser valor de letra e não a partir das imagens que esses elementos evocam.

Sendo assim, quanto mais separado do seu significado, quanto mais estiver funcionando na sua dimensão de “letra”, mais o significante funcionará como veículo para produzir mais sentido e mais significação, ainda que não os detenha em sua essência. Daí sua indestrutibilidade: “precisamente porque ele [o significante] se furta, a insistência ‘inesquecível’ da carta roubada que determina a repetição e a ‘persistencia da conduta’” (ibid.).

O significante é indestrutível, indivisível e não passível de ser picotado ou recortado, porque sua “materialidade” não se fragmenta. É o que: “solda, sob o conceito de letra ou de materialidade do significante, o indivisível e o local” (Ibid, p. 470). E expressando o que aqui expomos: “Mas, se foi primeiro na materialidade do significante que insistimos, essa materialidade é singular em muitos pontos, o primeiro dos quais é não suportar ser partida” (LACAN, J. 1956, p. 24-25)

Então, ainda que a dimensão da carta no “O seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956) esteja para além da sua função de veicular uma mensagem, e inclusive tudo começa quando essa função se cumpre, há ainda um carácter do significante predominante, o que em *Lituraterra* (1971) passa a ser diferente. Esse escrito não foi considerado na análise de Derrida, e é nele que nos fiamos para afirmar que ali sua definição da letra vai ser: “A borda do furo no saber, não é isso que ela [a letra] desenha?” (LACAN, J. 1971, p. 18).

O que retroativamente pode nos fazer afirmar que o furo que a carta produz correspondente é disso que se trata do furo no saber dessas diferentes perspectivas ópticas que a letra desenha. Um furo que no caso do que evoca o *Lituraterra* (1971) é preenchido de gozo e que está em relação com o que Lacan desenvolveu especialmente no *Seminário 10* (1962-63), que não vamos aqui explorar, mas apenas deixar sinalizado, sobre o nome de “objeto *a*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Carteiro da verdade” (1980) Derrida profere duras críticas à Lacan, inclusive chegando ao ponto de acusá-lo de ter reduzido sua leitura da carta roubada à uma demonstração literária, com a finalidade de comprovar sua tese sobre o automatismo de repetição. Nesse contexto, nossa intenção aqui foi de apontar o aspecto ligado ao “indestrutível” ou “irreduzível” da função do significante, ligado ao que “*não pára de não se escrever*”, para questionar ao lado de Derrida, o aspecto frisado por ele, do que pode cair dessa operação? (LACAN, 1973, p. 65)

Pois é sobre esse aspecto que Derrida (1980) se detém, onde se pergunta, por que a carta tem que sempre chegar a seu destino? Não poderia ela ser extraviada, queimada, ou simplesmente não chegar? Nesse aspecto, buscamos demonstrar o que significa essa afirmação de Lacan nesse escrito. Onde Lacan (1956) não se refere à carta chegar a este ou aquele destinatário, mas sim ao significante representado pela carta ter cumprido sua missão, na sua ausência/presença, nos efeitos que gera sobre os personagens e na forma como dita seus destinos.

Derrida (1980) recai sobre a afirmação de Lacan (1956), da carta chegar ao seu destino, do lado de uma idealidade, como se Lacan tivesse negligenciado o carácter tangível, destrutível,

divisível, não ideal, mas muito material, da carta/letra. Ou seja, em suma é uma acusação de que Lacan tivesse reduzido a sua leitura a primazia do sentido, sem considerar que uma carta seja destruída e nem sempre chegue a seu destino. Nesse ponto, Miller (2005) diria que Derrida deixou de considerar *Juventude de Gide ou a letra e o desejo* (1958), assim como *Lituraterra* (1971), onde Lacan nunca deixou de dar o devido lugar às cartas destruídas ou tornadas objeto lixo.

De todas as formas, não nos pretendemos aqui esgotar toda a amplitude que essa discussão pode trazer, e ao contrário dar lugar a ênfase que Derrida concede à carta em sua dimensão de objeto-dejeto, que cai e se perde, em contraponto aquilo que insiste e é indestrutível. Aquilo que insiste e é indestrutível colocamos do lado da fórmula que designa o “gozo”, presente na frase: “*não pára de não se escrever*” (LACAN, 1973, p.65).

É o que faz o real figurar como o impossível de se dizer totalmente, que somente é possível de maneira parcial, o que também pode ser entendido através do movimento parcial desenhado pelo circuito da pulsão no *Seminário 11* (1964). Onde há algo do real que se desenha através da borda do circuito da pulsão. Logo, há algo do irreduzível ao campo do significante, que cai dessa articulação, mas que não deixa de desaparecer, mas ao contrário insiste e se reitera.

Dar lugar para o que ainda que cabe no significante é o que Lacan aponta na sua recomendação clínica a respeito da interpretação em uma análise: “Ela [a interpretação em uma análise] tem por efeito fazer surgir um significante irreduzível.” (LACAN, J. 1964, p. 242). Onde o significante irreduzível pode albergar algo do real da pulsão que cai da cadeia significante e não se reduz a ela. O que é essencial na operação de uma análise.

Por esse motivo, esse significante carregado irreduzível, ao mesmo tempo em que tem o estatuto que Derrida concede a ele de objeto-dejeto, por estar fora da lógica da primazia do significante, não desaparece, ao contrário, persiste. O que é inerente à condição do gozo. Em resumo: esse objeto não podemos dele nos livrar, pois ele está “colado na sola, sem conhecer nada que possa exilá-lo disso” (LACAN, J. 1956, p. 25).

REFERÊNCIAS

DERRIDA, Jacques. (1980/2007) "O carteiro da verdade". Em: **O cartão-postal: de Sócrates à Freud e além**, p. 457-542. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MANDIL, Ram. (2003) **Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Contra Capa Livraria. Faculdade de Letras, UFMG.

MILLER, Jacques-Alain. (2005) "Nota passo a passo". Em: **Seminário 23: o sinthoma (1975-76)**, p. 230-235.

_____ (1985) **Entretien sur Le Séminaire. Avec François Ansermet**. Navarin Éditeur: Paris.

LACAN, J. (1956/1998) O Seminário sobre "A carta roubada". Em: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1957/1998) "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud". In: **Escritos**, pp. 496-533.

_____ (1960/1998) "Posição do inconsciente". Em: **Escritos**, pp. 843-864. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1962-63/2005) **Seminário 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1964/2008) **Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1968-69) **Seminário 16: De um outro à um outro**, p. 299. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1971/2009) **Seminário 18: de um discurso que não fosse semblante**. “Capítulo VI De uma função para não escrever”. p. 89-104.

_____ (1971/2003) “Lituraterra”. Em: **Outros Escritos**, pp. 15-25. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1973/2008) **Seminário 20: mais, ainda**. “Capítulo V: Aristóteles e Freud: A Outra Satisfação”, pp. 57-69. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1975-76/2007) **Seminário 23: o sinthoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LAURENT, Éric. (2010) “A carta roubada e o voo sobre a letra”. Em: **Revista Correio da Escola Brasileira de Psicanálise nº65**. São Paulo: EBP, p. 69.

POE, Edgar Allan. (1844/2005) **A carta roubada**. Trad. William Lagos. Em: Coleção L&PM Pocket. Edição Janeiro de 2005.

VIEIRA, Marcus André; DE FELICE, Thereza. [orgs] (2018) **A arte da escrita cega: Jacques Lacan e a letra**. Rio de Janeiro: Subversos.